

6 — Plano de formação:

Componente de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Geral e científica	Psicologia	Psicologia do Desenvolvimento	60	50	2
	Psicologia	Psicologia da Saúde e das Relações Interpessoais	45	40	1,5
Tecnológica	Ciências da educação	Gerontologia e Educação	45	36	1,5
	Terapia e reabilitação	Terapia Ocupacional no Envelhecimento	70	60	2,5
	Psicologia	Programas de Intervenção no Envelhecimento e Saúde	70	60	2,5
	Belas-artes	Atividades Artísticas e Culturais	70	60	2,5
	Sociologia e outros estudos	Desenvolvimento e Organização Social da Família	90	80	3,5
	Sociologia e outros estudos	Género, Identidade e Cidadania	55	40	2
	Ciências da educação	Introdução à Informática Aplicada ao Geronte	70	50	2,5
	Psicologia	Intervenção Comunitária no Envelhecimento	70	60	2,5
	Psicologia	Introdução à Psicopatologia	70	60	2,5
	Enfermagem	Prestação de Cuidados de Saúde ao Geronte	55	40	2
Em contexto de trabalho	Terapia e reabilitação	Introdução à Gerontotecnologia	45	30	1,5
	Terapia e reabilitação	Nutrição, Lazer e Desenvolvimento das Atividades Físicas	45	34	1,5
	Trabalho social e orientação	Projeto	160	140	5
	Psicologia	Estágio	600	600	24,5
<i>Total</i>			1620	1440	60

7 — Áreas disciplinares em que o candidato deve ter obrigatoriamente aprovação para os efeitos previstos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio: Português.

8 — Número máximo de formandos:

Em cada admissão de novos formandos: 20

Na inscrição em simultâneo no curso: 40

9 — Plano de formação adicional (artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio):

Componente de formação	Área de competência	Unidade de formação	Tempo de trabalho (horas)		ECTS
			Total	Contacto	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Geral e científica	Língua e literatura materna	Português	100	60	3,5
	Línguas e literaturas estrangeiras	Inglês	100	60	3,5
	Psicologia	Psicologia	120	70	4
	Sociologia e outros estudos	Sociologia	140	80	5
<i>Total</i>			460	270	16

Notas

Na coluna (4) indicam-se as horas totais de trabalho de acordo com a definição constante do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro.

Na coluna (5) indicam-se as horas de contacto, de acordo com a definição constante da alínea *d*) do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio.

Na coluna (6) indicam-se os créditos segundo o *European Credit Transfer and Accumulation System* (sistema europeu de transferência e acumulação de créditos), fixados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro.

207246522

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas de Abação, Guimarães

Despacho n.º 12077/2013

Por despacho de 26 de julho de 2013 do Diretor do Agrupamento Vertical de Escolas de Abação, foram nomeados como subdiretor o docente Mário Alexandre Alves Rodrigues Gomes, Professor do Quadro de Agrupamento, e como Adjuntos do Diretor o docente Manuel Agostinho Aires Lopes, Professor do Quadro de Zona Pedagógica e a docente Maria do Sameiro Ribeiro Sousa, Educadora de Infância do Quadro de Agrupa-

mento, nos termos do ponto 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

11 de setembro de 2013. — O Diretor, *Firmino de Sousa Antunes Lopes*.

207247332

Agrupamento de Escolas de Alandroal

Despacho n.º 12078/2013

Por meu despacho e nos termos do n.º 1 do artigo 19.º, do n.º 6 do artigo 21.º e do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22

de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, nomeio a professora Gertrudes José Relvas Sardinha, do grupo de recrutamento 200, para o exercício de funções de Subdiretora do Agrupamento de Escolas de Alandroal. A presente nomeação produz efeitos a partir de 30 de agosto de 2013.

11 de setembro de 2013. — O Diretor, *Tomé Joaquim Falé Laranjinho*.
207247916

Despacho n.º 12079/2013

Por meu despacho e de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º, o n.º 6 do artigo 21.º e o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do despacho normativo n.º 7/2013, de 11 de junho, nomeio a professora Maria Lúcia dos Santos Ferreira Serra, do grupo de recrutamento 110, para o exercício de funções de adjunta do diretor do Agrupamento de Escolas de Alandroal.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 30 de agosto de 2013.

11 de setembro de 2013. — O Diretor, *Tomé Joaquim Falé Laranjinho*.
207248061

Agrupamento de Escolas António Gedeão

Aviso n.º 11771/2013

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de oito postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo a tempo parcial carreira e categoria de assistente operacional.

1 — Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º, artigos 50.º a 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, conjugado com a Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril torna-se público que, por despacho do Presidente da Comissão Administrativa Provisória, de 06 de setembro de 2013, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de oito postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional até 17 de dezembro de 2013, para prestação diária de quatro horas na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial.

2 — Local de trabalho: Agrupamento de Escolas António Gedeão, com sede na Alameda Guerra Junqueiro n.º 11 Laranjeiro, 2814-503 Almada.

3 — Caracterização do posto de trabalho: carreira e categoria de Assistente Operacional:

a) Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didático e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo;

b) Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola.

4 — Remuneração base: A remuneração será de 3,20 euros/hora. Acresce o subsídio de refeição na prestação diária de trabalho.

5 — Requisitos de admissão:

a) Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, nomeadamente:

i) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção especial ou lei especial;

ii) 18 Anos de idade completos;

iii) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;

iv) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

v) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória;

b) Nível habilitacional exigido: escolaridade obrigatória ou de cursos que lhe seja equiparado, a que corresponde o grau de complexidade 1 de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

6 — Constituem fatores preferenciais, de verificação cumulativa:

a) Comprovada experiência profissional no exercício efetivo das funções descritas no ponto 3 do presente aviso;

b) Conhecimento da realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal;

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

7.2 — Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio, aprovado por Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado na página da Direção-Geral da Administração e Emprego Público, em <http://www.dgaep.gov.pt>, podendo ser obtido na página eletrónica ou junto dos serviços de administração escolar do Agrupamento de Escolas António Gedeão, e entregues no prazo de candidatura, pessoalmente, nas instalações deste, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada no ponto 2 do presente Aviso, em carta registada com aviso de receção, dirigidas ao Presidente da Comissão Administrativa Provisória.

8 — Os formulários de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão (fotocópia);

Certificado de habilitações literárias (fotocópia);

Curriculum Vitae datado e assinado;

Declarações da experiência profissional (fotocópia);

Certificados comprovativos de formação profissional (fotocópia);
Registo Criminal.

9 — Os candidatos que exerçam funções no Agrupamento de Escolas António Gedeão estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que, expressamente, refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual, nesses casos, o júri do concurso solicitará oficiosamente os mesmos ao respetivo serviço de pessoal.

10 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — Métodos de seleção:

12.1 — Considerando a urgência do recrutamento e de acordo com a faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, será utilizado apenas um método de seleção obrigatório — avaliação curricular (AC).

12.2 — Avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada tipo de funções exercidas. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação Académica de Base (HAB) ou Curso equiparado, Experiência Profissional (EP), Formação Profissional (FP), de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = HAB + 2(EP) + 4(EPE) + FP/8$$

Habilitação Académica de Base (HAB), graduada de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 Valores — Habilitação de grau académico superior;

b) 18 Valores — 11.º ano ou 12.º ano de escolaridade ou de cursos que lhes sejam equiparados;

c) 16 Valores — escolaridade obrigatória ou curso que lhe seja equiparado.

Experiência Profissional (EP) — tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria conforme descritas no ponto 3 do presente Aviso, de acordo com a seguinte pontuação:

a) 20 Valores — 3 anos ou mais de tempo de serviço no exercício de funções em realidade social, escolar e educativa do contexto onde